

Grupo formula proposta para Centro

MICHELLY LAUER

Aproveitar os armazéns da Codesa para fins de lazer e turismo náutico, promover eventos culturais e campeonatos esportivos, abrir monumentos históricos, principalmente na Cidade Alta, à visitação pública, alternar o horário de funcionamento de áreas de comércio e serviços para reduzir o fluxo de veículos e padronizar calçadas e letreiros.

Essas e outras propostas foram levantadas pela Associação Cem por Centro e pela Prefeitura de Vitória, ontem, durante o seminário para a elaboração do Plano de Ação para o Desenvolvimento e Revitalização do Centro de Vitória.

Foram firmadas parcerias com as faculdades Estácio de Sá, Centro Universitário Vila Velha e Salesiano de Vitória, cujos estudantes ajudarão a coordenar os projetos.

Revitalização

As idéias, segundo a prefeiteira do Centro, Lília Mello, pretendem se unir aos projetos já realizados de revitalização, como a reforma do Mercado da Vila Rubim.

“Desde que o poder público começou a investir, o Centro tornou-se um atrativo para a população”, disse. Lília Mello contou que agora serão definidos os responsáveis por cada projeto e o cronograma para



Helô Sant'Ana

Turismo

Monumentos como a Catedral Metropolitana de Vitória, na Cidade Alta, poderão atrair mais visitantes depois das ações de revitalização da região

começar a ser executado.

Segundo a presidente da Associação Cem por Centro, Lúcia Murad Neffa, a expectativa é de iniciar a execução dos projetos nas próximas semanas. A conclusão, de acordo com ela, deve sair até o final de 2004.

Viabilidade

Na opinião da prefeiteira do Centro, as propostas são viáveis,

mas, para serem implementadas, é necessário o apoio da iniciativa privada. Lília Mello citou o fato da Codesa estar demorando para dar uma posição definitiva sobre quais espaços estará cedendo para a implantação do projeto de turismo.

O presidente da Codesa, Henrique Germano Vimmer, informou que a companhia é favorável ao processo de re-

vitulação e que dará uma resposta à municipalidade o mais rápido possível.

“O projeto enviado pela prefeitura tem que passar por trâmites burocráticos para ser aprovado, porque tem que atender ao Plano de Zoneamento Portuário, pois a movimentação portuária e a segurança não podem ser prejudicados”, disse.